



**Relatório da 53.^a reunião da
Junta Consultiva do Setor
Privado, realizada em 4 de
outubro de 2022**

A Junta Consultiva do Setor Privado (JCSP), presidida pelo Sr. Anil Kumar Bhandari, do India Coffee Trust (ICT), realizou sua 53.^a reunião em Bogotá, Colômbia, na terça-feira, 4 de outubro de 2022.

Item 1: Adoção da ordem do dia

1. A Junta adotou a ordem do dia provisória que figura no documento [PSCB-175/22](#).

Item 2: Relatório da 52.^a reunião, realizada em 29 de março de 2022

2. A Junta aprovou o relatório da reunião realizada em 29 de março de 2022, que figura no documento [PSCB-174/22](#).

Item 3: Força-Tarefa Público-Privada do Café (FTPPC)

3. O Presidente da JCSP convidou o Coordenador da FTPPC a apresentar informações atualizadas sobre as atividades da Força-Tarefa no período abril-setembro de 2022. O Coordenador falou em linhas gerais sobre o progresso obtido em diversos grupos de trabalho técnico; sobre o trabalho de divulgação realizado; e sobre o que foi alcançado em termos da mobilização de fundos e da campanha para ampliar o número de Membros. Um conjunto completo de slides foi fornecido.

4. O Presidente quis saber se a FTPPC fizera avaliações do sucesso da legislação existente em matéria de transformação/igualdade de gênero. O Coordenador explicou que o trabalho de mapeamento da legislação sobre este tópico havia começado nos países importadores, mas que, no momento, recursos limitados impediam um avanço para além dessa esfera.

5. A Junta tomou nota do relatório.

Item 4: Integração do setor privado no novo AIC

6. O Chefe de Operações delineou os elementos-chaves do novo AIC:

- Criação de um papel formal para a sociedade civil e o setor privado dentro da estrutura do novo AIC e da Organização.
- Otimização do trabalho da Organização; termos e propósitos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) das Nações Unidas; e atualização do conceito de renda para viver e prosperar.
- Reconsideração da metodologia de cálculo do Orçamento e do papel dos Membros importadores e exportadores.

7. O Chefe de Operações explicou que o trabalho-chave da Junta no futuro seria definir:

- O que constitui um Membro Afiliado e como ser um Membro Afiliado.
- A transformação da FTPPC em um Grupo de Trabalho Público-Privado do Café (GTPPC).
- Os termos de referência para a Junta de Membros Afiliados.

8. Um delegado da Colômbia expressou a esperança de que o novo mandato da Organização, através do novo AIC, representasse os interesses dos cafeicultores.

9. Muitos Membros afirmaram preocupar-se com a possibilidade de erosão do status intergovernamental da Organização com a introdução da sociedade civil e do setor privado no novo AIC. Os Membros enfatizaram a importância de manter esse status intergovernamental, preservando o Conselho como fonte suprema de autoridade da Organização. Foi enfatizada a necessidade de proteção do status intergovernamental ao definir os termos de referência para a Junta de Membros Afiliados.

10. Um delegado de Papua-Nova Guiné assegurou aos Membros que no novo AIC estavam incluídas numerosas salvaguardas que garantiriam a preservação do status intergovernamental da Organização. Essa garantia também foi dada pelo delegado do Brasil, que frisou o fato de que o acesso da JCSP ao Conselho se limitava a seu Presidente e Porta-Voz. Além disso, o delegado do Brasil ressaltou os benefícios do dinamismo e do realismo de mercado trazidos à Organização e ao Conselho pelo setor privado.

11. Um delegado do Brasil reenfaticou o papel dinâmico desempenhado pelo setor privado em uma organização como a OIC, afirmando que era o setor privado que primeiro sentia o impacto das recomendações de organizações não governamentais (ONGs) e que as mesmas traziam a realidade do mercado ao Conselho através da Junta, altura em que as questões recebiam tratamento político através da Organização. O delegado reiterou à Junta que essa união de capacidades técnicas e políticas constituía o vigor essencial da OIC, dando muita força a seu progresso.

12. Um delegado da Côte d'Ivoire também reenfaticou que o órgão público-privado com seus papéis respectivos era importante; e que o Conselho era a fonte suprema de toda a autoridade dentro da OIC. Isso foi reafirmado por um delegado da Colômbia.

13. Os comentários e garantias do delegado de Papua-Nova Guiné suscitados ao discutir-se o item 4 da ordem do dia receberam plena confirmação e endosso de um delegado da União Europeia. Afirmou-se também que as vozes a serem ouvidas no que se referia ao novo AIC e à OIC não se limitavam apenas ao setor privado, mas englobavam a sociedade civil, incluindo associações de pequenos agricultores.

14. Um delegado do Brasil sugeriu que se criasse um órgão informal, compreendendo a JCSP e a Secretaria, para tratar das questões relativas à inclusão do setor privado no novo AIC; e que o órgão apresentasse relatório ao Conselho. O Presidente endossou essa proposta, para recomendação ao Conselho, com a sugestão de que o Conselho criasse o comitê/órgão necessário para apresentar relatório na próxima sessão do Conselho e na Junta.

15. A Junta tomou nota do relatório e exortou o órgão a ser estabelecido para trabalhar nos termos de referência da Junta de Membros Afiliados a tomar nota dos comentários acima.

Item 5: Proposta da UE de um regulamento sobre produtos livres de desmatamento

16. O Presidente abriu este item da ordem do dia observando que barreiras não tarifárias estavam sendo criadas nos países importadores de café por influência de ONGs dos respectivos países. O Presidente expressou a opinião de que recomendações de ONGs agora estavam sendo transformadas integralmente em legislação, podendo ter consequências desastrosas para os países produtores; e de que nos próximos meses precisaria haver conversações sérias sobre essa relação.

17. O Chefe de Operações apresentou relatório sobre as seguintes medidas que a Secretaria tomara com respeito à proposta de um regulamento sobre produtos livres de desmatamento:

- Um webinar fora realizado em 29 de abril de 2022.
- Na 133.^a sessão do Conselho, realizada em junho de 2022, a União Europeia e a Comissão Ambiental haviam aceitado convite para uma discussão, a ser realizada em 28 de setembro. No entanto, a discussão não acontecera nessa altura por motivos de saúde, mas aconteceria nos próximos meses.
- Solicitação do preparo de um documento político à Universidade de Wageningen, e um relatório sobre as constatações preliminares seria apresentado ao Conselho em 7 de outubro de 2022.

18. Por solicitação de um delegado da Côte d'Ivoire, um delegado da UE descreveu o processo legislativo da União e afirmou, com respeito à legislação em discussão na reunião em curso, que ela no momento evoluía em uma frente tríplice, na forma de uma discussão entre a Comissão Europeia e os principais legisladores – o Parlamento Europeu e o Conselho Europeu. O propósito dessa frente tríplice era encontrar um equilíbrio entre os três participantes. Esperava-se, preliminarmente, que a discussão fosse concluída até o final de dezembro de 2022.

19. O Presidente instou todos os países que já haviam aprovado sua própria legislação sobre desmatamento a compartilhá-la com a União Europeia, para apreciação pela União.

20. Os esforços da Secretaria para tratar da legislação foram reconhecidos pelos delegados do Brasil e da Côte d'Ivoire, mas o delegado do Brasil também afirmou

que as medidas tomadas estavam lentas e eram insuficientes. O delegado esperava que, no futuro, a nova Diretora Executiva e a Secretaria reagissem com maior rapidez e energia aos novos desafios e às solicitações dos Membros.

21. Um delegado do Quênia mostrou surpresa com o fato de a Junta estar discutindo esta questão na reunião corrente, quando deveria recomendar ao Conselho as constatações do relatório já distribuído.

22. O Presidente instou todos os Membros a disponibilizar à Secretaria os documentos que seus governos houvessem oficialmente apresentado à UE sobre a questão, para que a Secretaria pudesse apresentar um relatório resumido na próxima reunião do Conselho/JCSP acerca das ações em apreço. Os delegados da Côte d'Ivoire, Brasil e Índia manifestaram apoio à proposta do Presidente.

23. Um delegado da Índia resumiu as medidas tomadas até o momento pela Índia e afirmou que, em breve, a Índia publicaria sua posição acerca da legislação da UE, e que a compartilharia com todos os Membros. O delegado opinou enfaticamente que nenhum país ou Membro se opunha à agricultura sustentável nem favorecia o desmatamento. A seu ver, o Conselho não deveria se opor à legislação da UE, propondo, ao invés, que a implementação e as diretrizes ficassem a cargo de cada país individualmente. Um delegado do Brasil manifestou apoio à proposta.

24. Uma delegada de El Salvador frisou a importância crucial de definir desmatamento de maneira a não deixar espaço para interpretações. Esse sentimento foi plenamente endossado pelo Presidente.

Item 6: Outros assuntos

25. Não houve discussão de outros assuntos. Antes de concluir a reunião, o Presidente agradeceu a todos os membros da JCSP por seu empenho, e à Secretaria por seu apoio continuado ao trabalho da JCSP.

Item 7: Data da próxima reunião

26. A Junta notou que sua próxima reunião se realizaria na altura da próxima sessão do Conselho.